

RESOLUÇÃO CEPE Nº 050/2018

Aprova o Regimento do Programa de Pós-Graduação em Fisiopatologia Clínica e Laboratorial (Mestrado e Doutorado).

CONSIDERANDO a solicitação da Comissão Coordenadora do Programa, conforme processo nº 2909/2018.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, aprovou e eu, Reitora, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento do Programa de Pós-Graduação em Fisiopatologia Clínica e Laboratorial (Mestrado e Doutorado) conforme anexo, parte integrante desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 26 de abril de 2018.

Profa. Dra. Berenice Quinzani Jordão
Reitora

REGIMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FISIOPATOLOGIA CLÍNICA E LABORATORIAL, NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO

TÍTULO I FINALIDADES

Art. 1º O Programa de Pós-Graduação em Fisiopatologia Clínica e Laboratorial tem por objetivos formar recursos humanos para a carreira docente e para o desenvolvimento de pesquisas na área de Fisiopatologia Clínica e Laboratorial

Parágrafo único. O Programa é regido pelo Regulamento dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*, Mestrado e Doutorado Acadêmico, pelo presente Regimento e por demais resoluções internas

TÍTULO II ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º O Programa de Pós-Graduação em Fisiopatologia Clínica e Laboratorial será administrado por:

- I. Coordenador
- II. Vice-Coordenador;
- III. Comissão Coordenadora.

Art. 3º O Coordenador e o Vice-Coordenador serão eleitos pelos membros da Comissão Coordenadora do Programa, dentre os representantes do Departamento de Patologia, Análises Clínicas e Toxicológicas (PAC) e nomeados por portaria do Reitor.

Parágrafo único. O mandato do Coordenador será de 4 (quatro) anos, coincidindo com o dos demais membros da Comissão Coordenadora.

Art. 4º As atividades do Programa serão coordenadas por uma Comissão Coordenadora constituída por até 6 (seis) docentes com título de Doutor, sendo até 3 (três) do departamento PAC, 1 (um) representante por Departamento vinculado que atue ministrando aulas, orientando e com produção vinculada ao Programa, em ordem decrescente de carga horária de participação, totalizando no máximo o número da representação do Departamento PAC e por um representante discente, eleito entre seus pares.

§ 1º Será de 4 (quatro) anos o mandato dos membros da Comissão Coordenadora, podendo ser reconduzidos.

§ 2º Será de 1 (um) ano o mandato do representante discente, sendo permitida 1 (uma) recondução.

§ 3º As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes e constarão em atas.

Art. 5º Os demais membros da Comissão Coordenadora do Programa serão indicados pelos respectivos Departamentos participantes do programa.

Art. 6º A Comissão Coordenadora será constituída por:

- I. até 3 (três) docentes permanentes, detentores do título de doutor, que estejam ministrando aulas, orientando e com produção intelectual vinculada ao Programa;
- II. 1 (um) representante discente, 1 (um) docente doutor por Departamento vinculado ao Programa que atue ministrando aulas, orientando e com produção intelectual vinculada ao Programa, em ordem decrescente de carga horária de participação, totalizando no máximo o número da representação do Departamento proponente; eleito por seus pares.

Art. 7º São atribuições do Coordenador do Programa:

- I. Convocar e presidir as reuniões da Comissão Coordenadora do Programa;
- II. Coordenar a execução programática do Programa, adotando, em entendimento com os Chefes de Departamentos, as medidas necessárias ao seu desenvolvimento;
- III. Exercer a direção administrativa do Programa;
- IV. Dar cumprimento às decisões da Comissão Coordenadora, da Câmara de Pós-Graduação, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação e dos órgãos superiores da Universidade;
- V. Elaborar o horário de aulas junto aos Departamentos participantes do Programa, com seus respectivos docentes;
- VI. Elaborar a lista dos professores orientadores, ouvida a Comissão Coordenadora;
- VII. Solicitar e distribuir bolsas de estudo, ouvida a Comissão de Bolsa;
- VIII. Responsabilizar-se pelos relatórios da CAPES;
- IX. Indicar, juntamente com o orientador, membros para composição de Bancas Examinadoras, de Qualificação, de Dissertação ou Tese;
- X. Representar o Programa onde e quando se fizer necessário;
- XI. Encaminhar pedidos de auxílio financeiro e autorizar despesas de acordo com a previsão orçamentária do Programa junto à Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- XII. Delegar atribuições a outros membros da Comissão Coordenadora ou professores do Programa;
- XIII. Participar das reuniões da Câmara de Pós-Graduação;
- XIV. Analisar e emitir parecer sobre aproveitamento e equivalência de créditos, dispensa e convalidação de disciplinas;
- XV. Nomear Comissões de seleção para ingresso de estudantes nos Programas de Pós-Graduação, estabelecer os critérios e os documentos necessários para a seleção e informar à PROPPG.

Art. 8º O Coordenador do Programa será auxiliado em suas funções por um funcionário da UEL a serviço do Programa, o qual terá as seguintes atribuições:

- I. Manter em dia os assentamentos relativos ao pessoal docente, discente e administrativo;
- II. Distribuir e arquivar todos os documentos relativos às atividades didáticas e administrativas;
- III. Manter os corpos docente e discente informados sobre resoluções e/ou deliberações da Câmara de Pós-Graduação, do CEPE, da PROPPG, sobre o Calendário da Pós-Graduação e sobre demais atos emanados pelos órgãos ligados à Pós-Graduação;

- IV. Providenciar espaço físico para aulas teóricas e práticas;
- V. Providenciar sala para Exame de Qualificação e Defesa de Dissertação ou Tese;
- VI. Encaminhar processos para análise da PROPPG e da Câmara de Pós-Graduação;
- VII. Divulgar editais, calendários escolares, horários e outras atividades desenvolvidas pelo Programa;
- VIII. Encaminhar à PROPPG cópia do horário de aulas, relação de bolsistas, relação de orientadores e demais documentos informativos sobre as atividades e execução do Programa;
- IX. Receber e encaminhar à PROPPG as matrículas dos estudantes;
- X. Receber e comunicar à PROPPG o recebimento de Dissertação ou Tese;
- XI. Marcar data para Defesa de Dissertação ou Tese, de comum acordo com o orientador e orientando;
- XII. Receber, encaminhar aos docentes, publicar e devolver as Listas Oficiais de Chamada;
- XIII. Manter contato direto com a PROPPG, a fim de agilizar as informações aos corpos docente e discente do Programa;
- XIV. Auxiliar a Coordenação do Programa na elaboração de relatórios exigidos pelos órgãos superiores;
- XV. Outras tarefas a serem definidas pela Coordenação do Programa.

- Art. 9º A Comissão Coordenadora, com funções de coordenação pedagógica e administrativa do Programa, terá as seguintes atribuições:
- I. Aprovar normas e diretrizes gerais para o Programa;
 - II. Assessorar o Coordenador em todas as decisões relativas as atividades acadêmicas do corpo docente e discente do Programa;
 - III. Propor aos Departamentos a criação, modificação ou extinção de disciplinas que compõem o currículo do Programa;
 - IV. Credenciar e descredenciar professores orientadores do Programa de acordo com requisitos deste Regulamento;
 - V. Eleger entre seus membros o Coordenador e o Vice-Coordenador da Comissão;
 - VI. Propor aos órgãos superiores da UEL o currículo pleno do Programa e suas modificações;
 - VII. Propor normas para o funcionamento do Programa, modificar as existentes caso necessário ou justificado, encaminhando as mesmas para aprovação dos órgãos competentes.

TÍTULO III

Capítulo I

Estrutura Curricular

- Art. 10º O currículo será composto por um conjunto de disciplinas caracterizadas pelo código, denominação, carga horária, número de créditos, ementa, bibliografia e docente responsável.
- Art. 10. Cada disciplina terá uma carga horária expressa em créditos, sendo que cada crédito corresponde a 15 (quinze) horas-aula.

- § 1º As disciplinas serão agrupadas em obrigatórias e optativas de acordo com os respectivos conteúdos programáticos, bem como atividades especiais e estágio de docência na graduação.
- § 2º A disciplina de estágio em docência será considerada como obrigatória para os alunos bolsistas do programa em Fisiopatologia Clínica e Laboratorial.
- § 3º Além das disciplinas, a estrutura curricular deverá prever a elaboração de Dissertação ou Tese, que será submetida à aprovação de uma Banca Examinadora.
- Art. 11. Créditos em disciplinas cursadas em nível de pós-graduação em outras instituições que possuam programas recomendados pela CAPES poderão ser aceitos com os créditos correspondentes até o limite máximo de 1/3 (um terço) do número mínimo de créditos exigidos no Mestrado ou Doutorado.

Capítulo II

Corpo Docente

- Art. 12. A Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Fisiopatologia Clínica e Laboratorial da UEL para efeitos de enquadramento, credenciamento e descredenciamento, possui as seguintes categorias e requisitos:
- I. Docentes permanentes, constitui o núcleo principal de docentes do programa de Pós-Graduação;
 - II. Docentes colaboradores.
- § 1º Integram a categoria de docentes permanentes os professores e pesquisadores assim enquadrados pelo Programa de Pós-Graduação e que atendam a todos os seguintes pré-requisitos:
- a) tenham título de Doutor e ministrem pelo menos 1 (uma) disciplina na pós-graduação *Stricto sensu* e outra na graduação;
 - b) sejam coordenadores ou participem como colaboradores em pelo menos 1 (um) projeto de pesquisa, preferencialmente, financiado por agências de fomento e/ou outras fontes de financiamento e que esteja vinculado a uma das linhas de investigação científica do Programa;
 - c) orientem alunos de Mestrado ou Doutorado do Programa, respeitando o limite de orientados por docente estabelecido pela Comissão Coordenadora do Programa;
 - d) Tenham no mínimo 4 (quatro) artigos publicados no quadriênio, seja na condição de autor ou coautor, em periódicos nacionais e/ou internacionais, relacionados com a área de atuação do Programa e indexados QUALIS/CAPES A1, A2, B1 ou B2.
- § 2º Integram a categoria de docentes colaboradores os demais membros do corpo docente do programa que não atendam a todos os requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes, mas que participem de forma

- sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes.
- Art. 13. Para serem credenciados como docentes permanentes do Programa e nesta condição permanecerem, os professores/pesquisadores, devem atender as condições estabelecidas nos seguintes itens:
- I. Publicar, seja na condição de autor ou coautor, em média, no mínimo 4 (quatro) artigos no quadriênio em periódicos nacionais e/ou internacionais relacionados com a área de atuação do Programa e indexados em pelo menos QUALIS B2 da CAPES atingindo requisitos para conceito muito bom referente a última avaliação.
 - II. Submeter, a cada quatro anos, às agências de fomento, pelo menos um projeto de pesquisa que esteja alinhado com as linhas de pesquisa do Programa a que o docente está vinculado.
 - III. Participar como membro de Grupo de Pesquisa registrado na Plataforma Lattes do CNPq e certificado pela UEL.
- Art. 14. Os critérios mínimos para a orientação ao nível de Mestrado e Doutorado no Programa, no quadriênio, para os membros permanentes e colaboradores são:
- I. Publicar, seja na condição de autor ou coautor, no mínimo 4 (quatro) artigos no quadriênio em periódicos nacionais e/ou internacionais relacionados com a área de atuação do Programa e indexados no mínimo, no QUALIS B2 da CAPES, dos quais, pelo menos 1 (um) artigo deve ser correspondente ao trabalho de Dissertação de discente do Programa de Pós-Graduação em Fisiopatologia Clínica e Laboratorial;
 - II. Ministrar no mínimo 1 (uma) disciplina do Programa;
 - III. Para orientação de Doutorado o orientador deverá ter concluído a orientação de pelo menos 2 mestrandos.
- Art. 15. Os docentes permanentes que não atingirem os critérios mínimos descritos no art. 13 no quadriênio, passarão a ser colaboradores ou serão descredenciados.

Parágrafo único. O descredenciamento de docentes, seguindo os critérios mínimos, será realizado ao final de cada quadriênio, de acordo com a análise da Comissão Coordenadora do Programa, seguindo a proporção de docentes permanentes e colaboradores permitidos pela CAPES.

Capítulo III

Orientador

- Art. 16. O orientador, com a ciência da Coordenação, supervisionará os estudos, as pesquisas e as outras atividades relacionadas à elaboração e à defesa de dissertação ou tese.
- § 1º O orientador deverá ser credenciado no Programa de Pós-Graduação em Fisiopatologia Clínica e Laboratorial e ser do corpo docente.
- § 2º O orientador poderá ter, no máximo, 8 (oito) orientandos simultaneamente.
- § 3º Em casos excepcionais, aprovados pela Comissão Coordenadora do Programa e homologado pela PROPPG, poderá ser indicado um coorientador.

- § 4º O orientador que se ausentar do país por um período igual ou superior a 6 (seis) meses deverá ser substituído por um coorientador, desde que este seja membro do programa.
- Art. 17. Além das atividades previstas no artigo anterior, competirá ao orientador: orientar matrículas, supervisionar estudos, pesquisas e outras atividades relacionadas às atividades acadêmicas do orientando:
- I. Propor a Banca Examinadora de Qualificação, Dissertação ou Tese à Comissão Coordenadora do Programa;
 - II. Encaminhar a versão final da Dissertação ou Tese a Coordenação do Programa, após a defesa.

TÍTULO IV CORPO DISCENTE

Capítulo I Inscrição

- Art. 18. Poderão candidatar-se ao Programa os seguintes candidatos: os portadores de diploma de Cursos Superiores das áreas de Ciências da Saúde, Ciências Biológicas e outras áreas afins a critério da Comissão Coordenadora do Programa.
- § 1º A seleção dos candidatos estará a cargo da Comissão Coordenadora do Programa, ficando os critérios estabelecidos em edital próprio.
- § 2º No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pela Coordenação do Programa, previamente divulgados.

Capítulo II Seleção

- Art. 19. Os candidatos ao Programa de Pós-Graduação em Fisiopatologia Clínica e Laboratorial serão selecionados por uma Comissão de Seleção nomeada pelo Coordenador do Programa.
- Parágrafo único. Os critérios para seleção dos estudantes de Mestrado e de Doutorado serão definidos pela Comissão Coordenadora do Programa e previamente divulgados por meio de editais e no sítio eletrônico do Programa.

Capítulo III Matrícula

- Art. 20. Terão direito à matrícula os candidatos inscritos que forem aprovados e classificados no processo de seleção, conforme o número de vagas ofertadas no processo de seleção.

- § 1º O estudante matricular-se-á e terá seus estudos supervisionados por um orientador.
- § 2º O que não realizar sua matrícula de acordo com o Calendário da Pós-Graduação da Instituição será desligado do Programa.
- Art. 21. O estudante de Pós-Graduação deverá efetuar a rematrícula regularmente em cada período letivo, correspondente a um semestre, nas épocas e prazos fixados, em todas as fases de seus estudos, até a obtenção do título de Mestre ou Doutor.
- § 1º O estudante deverá estar matriculado em Dissertação ou Tese desde o seu ingresso no Programa.
- § 2º O estudante que não efetuar a rematrícula no prazo estabelecido no Calendário de Atividades de Pós-Graduação poderá fazê-lo num prazo de 15 (quinze) dias, a contar do encerramento da rematrícula, mediante pagamento de multa fixado pelo Conselho de Administração.
- § 3º O não cumprimento dos prazos estipulados no § 2º deste artigo implicará no desligamento automático do estudante do Programa.
- Art. 22. Os estudantes matriculados serão classificados como estudantes regulares e especiais, de acordo com o Regimento Geral.
- I. Estudante Regular: aprovado e classificado no exame de seleção, matriculado no Programa de Mestrado ou Doutorado, com obediência a todos os requisitos necessários à obtenção dos títulos correspondentes.
 - II. Estudante Especial: matriculado em disciplinas isoladas do Programa de Mestrado ou Doutorado, definidas pela Coordenação e ouvido o docente responsável pela disciplina antes do período de inscrição e divulgadas com antecedência pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
- Art. 23. O estudante especial poderá cursar até 1/2 (metade) dos créditos em disciplinas exigidas pelo Programa mediante requerimento semestral à Coordenação, acompanhado de Diploma de Graduação, Histórico Escolar e *Curriculum vitae* documentado.
- Parágrafo único. O estudante matriculado nessas condições e que pretenda passar a estudante regular, terá de submeter-se a processo de seleção e cumprir todas as exigências a que estão sujeitos os estudantes regulares, não sendo contado o período letivo cumprido como estudante especial, no cômputo do tempo máximo para conclusão do Programa, previsto no artigo 27.
- Art. 24. O estudante regularmente matriculado em um Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL poderá se matricular em disciplinas do Programa de Fisiopatologia Clínica e Laboratorial, mediante requerimento aprovado por seu orientador e Coordenação dos Programas.
- Art. 25. O estudante de Pós-Graduação poderá, mediante pedido justificado e aprovado pela Comissão Coordenadora, solicitar trancamento de matrícula desde que não esteja matriculado no primeiro período do Programa e não o requeira após ter decorrido 2/3 do período letivo em andamento.

- § 1º É vedada a prorrogação do prazo para conclusão do Programa quando o estudante estiver com a matrícula trancada.
- § 2º O trancamento de matrícula só poderá ser deferido, por uma única vez, não sendo este tempo computado nos prazos previstos no artigo 30.
- Art. 26. O estudante poderá solicitar o cancelamento de disciplina na PROPPG, mediante comunicado prévio à Coordenação do Programa, com a ciência do orientador, dentro do prazo fixado no Calendário da Pós-Graduação e desde que não tenha sido ministrado 50% da carga horária total da disciplina.

TÍTULO V NORMAS ACADÊMICAS

Capítulo I Prazos

- Art. 27. O orientando, com anuência do orientador, deverá encaminhar à Coordenação do Programa o plano da dissertação ou tese em até 8 (oito) meses para o nível de Mestrado e em até 14 (quatorze) meses para o nível de Doutorado contados a partir do seu ingresso no Programa. ????????
- Art. 28. O Mestrado, compreendendo a defesa da Dissertação, não poderá ser concluído em prazo inferior a 2 (dois) e superior a 4 (quatro) períodos letivos. O Doutorado, compreendendo a defesa da Tese, não poderá ser concluído em período inferior a 4 (quatro) períodos letivos e superior a 8 (oito) períodos letivos.
- § 1º Os tempos superiores de que trata o caput deste artigo poderão ser prorrogados, no máximo, até 12 (doze) meses, por meio de solicitações distintas e justificadas pelo estudante, desde que o número de meses seja indicado e aprovado pelo orientador e Coordenação do Programa.
- § 2º O estudante que estiver em período de prorrogação não poderá trancar matrícula.
- § 3º O estudante será desligado dos Programa de Fisiopatologia Clínica e Laboratorial se não obtiver o título em até 6 (seis) períodos incluindo a prorrogação para Mestrado ou até 12 (doze) períodos incluindo a prorrogação para o Doutorado.
- Art. 29. Os tempos máximo e mínimo acima referidos serão contados a partir do período da primeira matrícula como aluno regular do candidato no Programa.
- Art. 30. O estudante desligado do Programa de Pós-Graduação por perda de prazo, e que desejar a ele retornar, deverá submeter-se à inscrição e novo processo de seleção.

- § 1º Caso aprovado, será considerado estudante novo e consequentemente deverá cumprir todas as exigências a que estão sujeitos os demais estudantes ingressantes.
- § 2º O retorno ao mesmo Programa será permitido uma única vez.
- Art. 31. O desligamento da Pós-Graduação ocorrerá por:
- I. Um semestre sem matrícula regular no Programa;
 - II. Não cumprimento dos prazos regimentais;
 - III. Abandono do Programa mediante comunicado do orientador ou Comissão Coordenadora do Programa;
 - IV. Reprovação em 3 (três) ou mais disciplinas;
 - V. Reprovação em Exame de Qualificação por 2 (duas) vezes;
 - VI. Reprovação na defesa de Mestrado ou Doutorado.

Capítulo II Frequência

- Art. 32. A frequência às atividades didáticas, oficiais e programadas, constituirá aspecto obrigatório na verificação do rendimento acadêmico.

Parágrafo único. O crédito só será concedido ao estudante que, satisfeitas as demais exigências, tiver um mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas dadas em cada disciplina, vedando-se o abono de faltas.

Capítulo III Créditos

- Art. 33. Disciplinas cursadas em nível de Pós-Graduação em outras instituições em Programas recomendados pela CAPES, poderão ser aceitas com os créditos correspondentes pela Comissão Coordenadora do Programa até o limite máximo de 1/2 (metade) do mínimo de créditos, cujos conceitos forem iguais ou superiores a B, exigidos pelo Mestrado.

Capítulo IV Avaliação

- Art. 34. O aproveitamento em disciplinas será avaliado por meio de provas e/ou trabalhos escolares de acordo com a programação do professor responsável.
- Art. 35. Além da frequência obrigatória às aulas, será condição, para que o estudante seja considerado aprovado em uma disciplina, a obtenção de média final igual ou superior a 7,0 (sete).

Capítulo V Títulos

- Art. 36. Cumpridas as demais exigências regimentais, são condições para que o estudante requeira a concessão do título de Mestre ou Doutor em Fisiopatologia Clínica e Laboratorial:

- I. Completar o número de créditos exigidos pelo Programa em disciplinas e atividades acadêmicas;
- II. Ser aprovado no Exame de Qualificação;
- III. Elaborar, apresentar e ter aprovada a Dissertação de Mestrado ou a Tese de Doutorado.

Seção I

Proficiência em Língua Estrangeira

- Art. 37. Os candidatos deverão demonstrar proficiência em Inglês, para o ingresso no Mestrado e/ou no Doutorado, de acordo com Edital.
- Art. 38. Para aprovação no exame de proficiência em inglês será exigida a média igual ou superior a 7,0 (sete).

Seção II

Exame de Qualificação

- Art. 39. O Exame de Qualificação consistirá da apresentação pública dos resultados parciais da dissertação ou tese, seguida de arguição por parte da Banca Examinadora.
- Art. 40. O Exame de Qualificação deverá ser requerido pelo estudante após integralização dos créditos exigidos pelo Programa, observado o seguinte:
- I. será composta por 3 (três) membros para o nível de Mestrado e 5 (cinco) para o de Doutorado, com titulação mínima de Doutor.
 - II. serão nomeados 2 (dois) suplentes para cada Exame de Qualificação, sendo pelo menos um deles cadastrados como docente do Programa.
 - III. a Banca Examinadora do Exame de Qualificação será indicada pelo orientador e aprovada pela Comissão Coordenadora.
 - IV. A apresentação consistirá numa exposição verbal com duração de 30 (trinta) a 50 (cinquenta) minutos.
 - V. O candidato terá 20 (vinte) minutos para responder a cada um dos examinadores.
 - VI. o resultado do exame será de aprovação ou reprovação.
 - VII. Será permitida apenas 1 (uma) repetição do Exame de Qualificação, num prazo nunca superior a 1 (um) período letivo para o Mestrado e a 2 (dois) para o Doutorado.

TÍTULO VI

NORMAS PARA DEFESA DE DISSERTAÇÃO OU TESE

Capítulo I

Apresentação da Pré-Dissertação ou Pré-Tese

- Art. 41. Cumpridas as exigências do Programa de Pós-Graduação em Fisiopatologia Clínica e Laboratorial, o candidato deverá entregar 3 (três) exemplares da Pré-Dissertação, ou 5 (cinco) exemplares da Pré-Tese, à Secretaria do Programa
- § 1º A Pré-Dissertação ou Pré-Tese deverá atender às normas de apresentação recomendadas pela Coordenação do Programa.
- § 2º Na entrega da Pré-Dissertação ou Pré-Tese para defesa, o estudante deverá estar regularmente matriculado no Programa.

Capítulo II

Apresentação da Dissertação ou Tese

- Art. 42. O estudante deverá entregar à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Fisiopatologia Clínica e Laboratorial a Dissertação definitiva em 5 (cinco) exemplares para o Mestrado, sendo um para a Secretaria do Programa, um para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação e um para cada membro da Banca Examinadora e 7 (sete) exemplares para o Doutorado, sendo um para a Secretaria do Programa, um para a PROPPG e um para cada membro da Banca Examinadora.
- § 1º A Dissertação e Tese serão redigidas na forma de artigos científicos e deverá conter, os seguintes itens:
- I. Título geral: claro e conciso;
 - II. Resumo Geral;
 - III. Abstract: tradução para o inglês do resumo geral;
 - IV. Introdução Geral;
 - V. Objetivos;
 - VI. Resultados: Artigo(s) científico(s): a dissertação deverá conter pelo menos 1 manuscrito de um artigo científico submetido em periódico com QUALIS/CAPES igual ou superior a B2. A tese deverá conter pelo menos 2 manuscritos de artigos científicos submetidos em periódico com QUALIS/CAPES igual ou superior a B2;
 - VII. Conclusão(ões) Geral (ais): no máximo duas páginas;
 - VIII. Referências bibliográficas no geral.
- § 2º Só serão considerados os artigos científicos que incluam a coautoria estudante-orientador ou orientador-estudante, independente da ordem de autoria.

Capítulo III

Banca Examinadora

- Art. 43. Caberá ao Coordenador do Programa, juntamente com o orientador, a indicação dos componentes da Banca Examinadora e seus suplentes.
- § 1º Os componentes da Banca Examinadora e seus suplentes serão homologados pela PROPPG.

- § 2º Na hipótese de qualquer um dos nomes não ser referendado ou aprovado, o processo retornará à Coordenação do Programa para nova indicação.
- § 3º A Banca Examinadora de Mestrado será composta pelo orientador da Dissertação, um membro do Programa e por pelo menos 1 (um) membro externo à Instituição ou não participante do quadro de docentes do Programa, portador do título de Doutor.
- § 4º A Banca Examinadora de Doutorado será composta pelo orientador da Tese, dois membros do programa e por pelo menos 2 (dois) membros externos à Instituição ou não participantes do quadro de docentes do Programa, portadores do título de Doutor.
- § 5º Excepcionalmente, existindo um coorientador indicado nos termos deste Regulamento, este poderá substituir o orientador, na Banca Examinadora.
- § 6º Serão designados ainda 2 (dois) membros suplentes para cobrirem as eventuais faltas dos titulares, exceção feita quanto ao orientador ou coorientador que não poderá ser substituído.
- § 7º A presidência da Banca Examinadora será exercida pelo orientador.
- § 8º Na falta ou impedimento do orientador ou do coorientador, quando houver, a PROPPG homologará um substituto, indicado pelo Coordenador do Programa

Capítulo IV

Defesa de Dissertação e Tese

- Art. 44. Após a aprovação dos nomes que constituirão a Banca Examinadora pela Câmara de Pós-Graduação, a Secretaria do Programa fixará a data da defesa, que deverá ocorrer num prazo máximo de 60 (sessenta) dias, comunicando, em seguida, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, providenciando a comunicação e a remessa dos exemplares da Dissertação ou Tese aos examinadores com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- Art. 45. A apresentação consistirá numa exposição verbal da Dissertação ou Tese no prazo mínimo de 40 (quarenta) minutos e no máximo de 60 (sessenta) minutos.
- Art. 46. A defesa será pública e a Banca Examinadora arguirá o candidato após a exposição, dispondo, para tanto, cada examinador, do prazo de até 30 (trinta) minutos, sendo o orientador o último a arguir.
- § 1º O candidato terá 30 (trinta) minutos para responder a cada um dos examinadores.
- § 2º Havendo concordância entre examinador e candidato, poderá estabelecer-se a forma de diálogo, caso em que o tempo será de 1 (uma) hora.

Capítulo V Julgamento

- Art. 47. O resultado do julgamento da defesa da Dissertação ou Tese, realizado logo após a arguição e em sessão secreta, será expresso pelos examinadores como:
- I. reprovado, por unanimidade ou pela maioria dos membros da Banca.
 - II. aprovado, por unanimidade ou pela maioria dos membros da Banca.

- Art. 48. Havendo alterações a serem feitas na Dissertação ou Tese por sugestão da Banca, o candidato aprovado terá o prazo de 30 (trinta) dias para encaminhá-las, visadas pelo orientador, ao Coordenador do Programa.

Parágrafo único. Somente após a autorização, por escrito, do Coordenador do Programa comprovando que as exigências do caput do presente artigo foram cumpridas à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação é que os candidatos aprovados terão reconhecidos os direitos inerentes ao título obtido e conferido o respectivo diploma.

TÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 49. O estudante deverá efetuar matrícula de acordo com as sugestões do orientador.

Parágrafo único. Para a entrega da Dissertação ou Tese, o estudante deverá estar regularmente matriculado no Programa.

- Art. 50. Os documentos referentes à vida acadêmica dos estudantes só poderão ser expedidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, mediante solicitação do interessado.

- Art. 51. Caberá à Comissão Coordenadora do Programa decidir sobre os casos omissos deste Regimento.

- Art. 52. Caberá a Câmara de Pós-Graduação decidir sobre os casos omissos e os recursos interpostos em decorrência da aplicação da presente Resolução.

- Art. 53. O presente Regimento poderá ser alterado mediante aprovação por, no mínimo, dois terços da totalidade dos membros da Comissão Coordenadora.

- Art. 54. Este documento entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.
